

## Juizes pedem que ex-deputado prove corrupção no TRE-PB

A Associa o dos Magistrados da Paraíba (AMPB) vai notificar o ex-deputado da Paraíba Vituriano de Abreu (PMDB) para que indique qual ou quais integrantes do Tribunal Regional Eleitoral teriam julgado a s es por dinheiro, conforme acusa o do próprio ex-deputado. As informa es são do jornal *Correio da Paraíba*.

O presidente da entidade, juiz Marcos Sales, condenou as acusa es e disse que o TRE vem agindo com absoluta isen o na aprecia o de todos os processos, incluindo as a s es que pedem a cassa o do mandato do governador C ssio Cunha Lima (PSDB).

 n o há o que reclamar quanto ao trabalho do TRE. Tenho acompanhado a postura dos magistrados que fazem um trabalho isento, sem altera es. Todos os processos obedecem   tramita o legal, sem qualquer tipo de protela o, afirmou Sales.

O presidente da AMPB considerou um ato  inconseq ente e irrespons vel  as acusa es de Vituriano que atingiram todos os integrantes da Justiça Eleitoral paraibana.   Tomei conhecimento da notícia através do Portal Correio. Certamente a AMPB vai querer que o ex-deputado cite nomes em sua denúncia. 

De acordo com o *Correio da Paraíba*, Marcos Sales colocou, de antemão, o setor jurídico da AMPB   disposi o dos juizes do TRE para que ingressem com a s es de indeniza o por danos morais, caso Vituriano não prove as denúncias.   Repudiamos essas acusa es porque temos plena consciência da lisura do procedimento de todos os integrantes da Justiça Eleitoral paraibana. 

### Na segunda instância

As declara es do ex-deputado Ant nio Vituriano contra o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba também repercutiram na sessão do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba. O desembargador Nilo Ramalho, que integra a corte do TRE, apresentou a sua indigna o com o teor da entrevista concedida a uma emissora de rádio de Cajazeiras por Antonio Vituriano, afirmando que vai tomar as providências contra o autor das acusa es.

Na entrevista, Vituriano acusou membros do TRE de venderem sentenças e de negociarem votos em troca de dinheiro.   A acusa o   muito grave. Se for verdade, esse fato   lastimável, disse o desembargador Nilo.

Conforme destacou Nilo Ramalho, há no Tribunal de Justiça membros do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadores que honram a toga.   Desembargadores de alta dignidade, desembargadores que eu nunca vi falar de nenhum ato de improbidade e ser taxado publicamente com essa acusa o. Isso   muito pesado, lamentou, ressaltando que estudar  as providências que irá tomar contra o autor das acusa es.   Jamais na minha casa meus filhos foram alimentados por um centavo recebido ilicitamente. 

O presidente do TRE, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, que também integra o Pleno do Tribunal de Justiça, disse que preferia não se precipitar sobre o assunto. Ele relatou que TRE tomou conhecimento informalmente do teor da entrevista e discutiu o assunto. “Nós nos reunimos em conselho e decidimos que não deveríamos nos precipitar, porque o que tínhamos conhecimento era através de notas publicadas nos portais”, comentou.

De acordo com o jornal *Correio da Paraíba*, Lincoln relatou ao Pleno que a corte eleitoral decidiu requisitar a fita da entrevista, com base na Lei de Imprensa, que será encaminhada ao Ministério Público Eleitoral e, se houver a prática de crime, serão tomadas as medidas cabíveis. “Obviamente que se for verdade essa acusação, com a constatação da degradação da fita, qualquer membro do tribunal ou qualquer juiz poderá acionar quem de direito”.

### Voz das entidades

A OAB da Paraíba, a Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB) e a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) divulgaram nota conjunta de repúdio às acusações do ex-deputado federal Vituriano de Abreu (PMDB) contra o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Segundo a nota, “o teor agressivo e desrespeitoso da entrevista concedida por Vituriano macula a imagem da Justiça Eleitoral do nosso estado, na medida em que não apresenta fatos ou provas da existência de conduta irregular dos magistrados”.

Conforme divulgou o jornal *Correio da Paraíba*, as entidades entendem que as acusações são “venda de sentenças” são infundadas e têm o intuito de desmoralizar os juizes e desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

“Portar-se com isenção faz parte da própria natureza da atividade judicante havendo no sistema jurídico brasileiro mecanismos judiciais para indicar os ilícitos porventura praticados por autoridade judiciária, indicando fatos e provas de suposto desvio de conduta do magistrado, sendo inconcebível acusações na imprensa com o objetivo de desqualificar a Justiça e de incutir na população a falsa ideia de que os magistrados são desonestos”, diz outro trecho da nota.

A direção estadual do PMDB também distribuiu nota condenando o procedimento do ex-parlamentar. Segundo o presidente Haroldo Lucena, as declarações do ex-deputado Vituriano de Abreu são de cunho pessoal e não representam o pensamento do partido. Na nota, o PMDB afirma que mantém a plena confiança em todos os integrantes da Justiça Eleitoral paraibana.

### Veja a nota

A AMPB, AJUFE, e a OAB-PB vão a público repudiar veementemente as declarações do senhor Vituriano de Abreu, na condição de ex-prefeito do Município de Cajazeiras e 2º suplente de senador nas últimas eleições, divulgada por meio de entrevista realizada em emissora de rádio da cidade de Cajazeiras e reproduzida na Capital.

O teor agressivo e desrespeitoso da entrevista macula a imagem da Justiça Eleitoral do nosso Estado,



---

com afirmações inverídicas e levianas, na medida em que não apresenta fatos ou provas da existência de conduta irregular dos magistrados.

O que se vê aqui são acusações sôbrias de "venda de sentenças" sem qualquer fundamento e com intuito de desmoralizar os juízes e desembargadores do TRE.

Portar-se com isenção faz parte da própria natureza da atividade judicante, havendo no sistema jurídico brasileiro mecanismos judiciais para indicar os ilícitos porventura praticados por autoridade judiciária, indicando fatos e provas de suposto desvio de conduta do magistrado, sendo inconcebível acusações na imprensa com o objetivo de desqualificar a Justiça e de incutir na população a falsa ideia de que os magistrados são desonestos.

As entidades representativas que subscrevem a presente nota darão todo o apoio para que os seus associados, atingidos em sua honra, busquem junto ao Poder Judiciário a necessária reparação dos danos sofridos.

**Autores:** Redação ConJur